

# TERRITÓRIOS, COMUNIDADES EDUCADORAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL



**Organização:** António Rochette Cordeiro, Luís Alcoforado e António Gomes Ferreira



TERRITÓRIOS,  
COMUNIDADES  
EDUCADORAS  
E DESENVOLVIMENTO  
SUSTENTÁVEL

---

**Título: Territórios, Comunidades Educadoras e Desenvolvimento Sustentável**

---

Departamento de Geografia - Faculdade de Letras  
CEIS 20 – Centro de Estudos Interdisciplinados do Século XX  
Universidade de Coimbra, Portugal

**Coordenação**

António Rochette Cordeiro  
Luís Alcoforado  
António Gomes Ferreira

**Citação**

*In* CORDEIRO, A. M. Rochette; ALCOFORADO, Luís; FERREIRA, A. Gomes (Coords.) *Territórios, Comunidades Educadoras e Desenvolvimento Sustentável*, Coimbra: DG-FLUC.

**ISBN**

978-989-96810-6-4

**Edição**

Departamento de Geografia - Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

**Revisão**

Patrícia Figueiredo  
Liliana Paredes  
Benjamim Lousada

**Capa**

DESIG, Arquitectura e Design

Copyright© 2014

Todos os direitos reservados

## NOTA PRÉVIA

A reflexão sobre a importância do território na promoção de formas de desenvolvimento sustentado, ainda que não seja recente, adquiriu grande centralidade nos discursos e nas estratégias políticas atuais.

A educação e a formação, enquanto ações que materializam este desenvolvimento desejável, necessitam de um espaço e de um tempo que deem sentido às transformações que devem promover, a partir dos recursos disponíveis e mobilizáveis num contexto específico. Estas práticas necessitam de se estruturar a partir de políticas educativas de base local (articulando-se com outras ao nível nacional e transnacional), que promovam a participação de todos/as e impulsionem as mudanças necessárias a partir das diferentes comunidades, sendo desejável que todas contribuam para o desenvolvimento integrado e sustentado do seu território.

Por isso mesmo, as autarquias, a sociedade civil, as comunidades e os diferentes agentes devem ser convocados para um debate e uma reflexão crítica alargada sobre o melhor caminho para atingir estes objetivos comuns. Também a comunidade científica deve participar nesta procura, provocando o aparecimento do conhecimento e da inovação necessários para este desafio. Foram esses contributos que uma equipa multidisciplinar da Universidade de Coimbra procurou reunir e que este livro testemunha. Organizado na sequência do congresso internacional intitulado “Territórios, Comunidades Educadoras e Desenvolvimento Sustentável”, que decorreu em julho de 2014, reúne trabalhos que traduzem a diversidade das temáticas então abordadas e a variedade de proveniência das/os participantes, abrindo diálogos e possibilidades para opções de mudança mais sintonizadas com os projetos e a vontade dos habitantes de um determinado território.



# **O PAPEL DO PATRIMÓNIO HISTÓRICO E CULTURAL NAS POLÍTICAS LOCAIS DE EDUCAÇÃO E NO DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE O CASO DO PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO**

**PEDRO C. CARVALHO** <sup>(1)</sup>

<sup>(1)</sup> FACULDADE DE LETRAS, UNIVERSIDADE DE COIMBRA. CEAACP (pedroak@gmail.com)

Quase todos os concelhos transmontanos e da Beira Interior integrarão o que atualmente já se designam por *territórios interiores de muito baixa densidade*. Na generalidade destes concelhos a quebra demográfica e a taxa de envelhecimento da população é significativa e muito preocupante. São também manifestas em todas estas regiões interiores, e não cessam de se acentuar, as fragilidades do seu tecido socioeconómico. O diagnóstico, em grande medida, está feito e tudo o que poderia ter sido dito, sobretudo no que concerne a declarações de intenções, já terá sido dito. Contudo, verdadeiramente, falta ainda atuar – falta no essencial mudar o paradigma de desenvolvimento local e regional, passando este doravante a estar centrado em políticas assentes no conhecimento.

Com efeito, torna-se imprescindível apostar numa valorização do território, enveredando efetivamente por novas estratégias de desenvolvimento sustentável de médio e longo prazo. Esta estratégia global passa necessariamente pelo potenciar das valências mais ricas e genuínas destes territórios: referimo-nos quer ao património paisagístico e natural, quer ao património histórico e cultural (entendendo este na sua aceção mais lata, incluindo também os produtos locais tradicionais e a gastronomia). Estas valências constituem recursos únicos e singulares, que distinguem cada uma destas regiões, que marcam a sua identidade e que podem projectá-las para o exterior, podendo objetivamente contribuir para a construção do seu próprio futuro.

Tem sido afirmado, num mundo globalizado e nesta *Europa das regiões*, que só seremos competitivos se soubermos diferenciar-nos. E os recursos endógenos destes territórios (centrados no património cultural) constituem muito esses tais fatores diferenciadores. É neles que reside a vantagem comparativa ou competitiva. Todavia, não basta que eles existam como recurso, é preciso saber potenciar ou induzir o seu valor socioeconómico e educativo, recorrendo a intervenções altamente qualificadas, concertadas e abrangentes, que introduzam, para além do fator diferenciação, a inovação ou a criatividade. O património e a cultura, na sua diversidade e nos seus aspetos diferenciadores, devem assumir um lugar de destaque nas políticas de desenvolvimento social e económico (Bernardes *et al.* e Mateus *et al.*, 2013).

O novo *Programa-Quadro Comunitário (Horizonte 2020)* parece estimular o desenvolvimento deste tipo de intervenções. De algum modo, à semelhança do anterior QREN, continuará a incentivar-se a valorização económica do território, mediante a promoção dos recursos culturais e naturais endógenos. No âmbito, designadamente, da anunciada linha de investigação autónoma denominada *Herança Cultural*, em que se preconiza a introdução de novas tecnologias (tecnologias de informação e comunicação) na preservação e valorização do património cultural, essa aposta é possível e desejável. E, neste quadro, a exploração integrada dos recursos culturais e naturais deverá ser perspectivada numa lógica de desenvolvimento, sustentabilidade e coesão, por forma a contribuir para a dinamização da base económica local, para a diversificação da economia regional e para a fixação da população, combatendo-se assim tanto as acentuadas assimetrias de desenvolvimento intra-regionais, como a baixa densidade demográfica concelhia.

Há, no entanto, algumas condições que – tendo por base a aposta no referido factor *diferenciação* – devem ser cumpridas para garantir o êxito de projetos que se desenvolvam a este nível. Desde logo, é necessário uma clara aposta na qualidade: na qualidade dos projetos (projetos que assentem num profundo conhecimento do território e dos seus lugares e que atribuam lugar de destaque à criatividade

e à inovação – inovação que não se reduza à inovação tecnológica), tal como é igualmente necessário valorizar a produção de qualidade. Depois, importa apostar na qualificação dos recursos humanos: apostar em profissionais qualificados (responsabilizar, avaliar e premiar o mérito e a capacidade de iniciativa) que planeiem e executem projectos devidamente sustentados e assentes em estudos de viabilidade. Será igualmente importante privilegiar projectos conjuntos no quadro da concertação intermunicipal (muitas das políticas a este nível devem ser pensadas ao nível da região): é fundamental alargar o lastro e a escala das intervenções, devendo não só ser pensadas políticas intermunicipais concertadas (objeto de ponderação conjunta e não fruto de ligações forçadas ou artificiais de conveniência), como se deve promover o estabelecimento de parcerias com outras instituições públicas (como as Universidades) ou com o sector privado (promoção da iniciativa empresarial). Finalmente, uma estratégia de desenvolvimento deste tipo deverá ser pensada a médio (e longo) prazo, sendo continuamente construída, melhorada, sem que se caia na tentação de anunciar expressivos resultados imediatos.

A este nível, cumprindo-se as condições antes brevemente enunciadas, ainda muito pode e deve ser feito. Há um campo largo para projetos que se centrem num dado território e nas marcas da *Herança Cultural* que o distinguem – para projetos que assentem na memória e na identidade e que tornem consequente uma definição habitual de Património Cultural, enquanto *conjunto de práticas e costumes partilhado por um determinado grupo e que se materializam de diferentes formas materiais e imateriais, contribuindo assim quer para estabelecer a identidade distintiva do grupo quer para reforçar a sua própria identidade e a coesão social*; para projetos que tornem operativa esta definição mas sem subvalorizar (antes pelo contrário) o valor socioeconómico que estas marcas culturais distintivas também encerram; para projetos, em suma, que procurem captar as relações entre o Homem e o Território ao longo dos tempos e os sinais daí resultantes que dão corpo à identidade e memória desses territórios.

Projetos que poderão traduzir-se na criação de um Museu ou de um Centro de Interpretação – espaços que reúnam algumas peças únicas com um singular valor arqueológico, histórico e etnológico (coleção museológica), recorrendo à criatividade e à inovação que as novas tecnologias de informação e comunicação (e as novas tecnologias imersivas) também permitem, e assente numa sólida base documental e em conteúdos devidamente fundamentados. Museus ou centros de interpretação que constituam um equipamento cultural de excelência, altamente pedagógico, comunicativo e formativo, capaz de atrair diferentes públicos, desde a comunidade escolar e local, aos turistas que demandam um dado território.

Referimo-nos também a espaços em que a imagem assuma um lugar de relevo, ainda que esta não substitua a força da palavra e das ideias que estas transmitem, resultantes da investigação desenvolvida e do contributo de equipas multidisciplinares e altamente qualificadas. Em que se dê devido destaque ao *património material*, quer seja histórico e arqueológico, arquitectónico ou etnológico, mas que também tenha lugar para o *património imaterial* que dá corpo às narrativas e ao imaginário das gentes, onde se funda também o saber fazer e a tradição. Um espaço expositivo que em si mesmo encerra valor, explorando o valor da imagem, do som e da luz ou da palavra, por forma a despertar todos os sentidos do visitante, transmitindo ao mesmo tempo um claro convite à descoberta do território em que se inscreve, aos valores culturais e ambientais que em vários pontos desse território se podem observar.

Referimo-nos ainda a espaços ou projetos que se direcionem para o turismo, mas que ao mesmo tempo deverão ser pensados para quem vive nestes territórios interiores, procurando, em ambas os enfoques, fazer parte da solução no quadro de uma estratégia local e regional de desenvolvimento sustentável. Com efeito, o património cultural e paisagístico que poderá ser objeto de destaque deve começar por ser perspectivado por forma a envolver a população local e as diferentes gerações, reforçando assim a sua própria identidade e coesão social. Mas este rico património deverá ser também entendido como potencial realidade económica, capaz de gerar fluxos turísticos, estimulando mesmo um outro conjunto de produtos e serviços, nomeadamente de natureza comercial ou criando mesmo novas oportunidades de negócio e empreendedorismo, relacionáveis com o turismo cultural e com as designadas *indústrias culturais e criativas*. A cultura, neste sentido, enquanto produção e consumo de



bens, serviços e experiências culturais (adentro de um quadro ou lógica industrial e/ou comercial), deve aqui ser entendida também no seu sentido “funcional”, i.e., enquanto realidade económica, capaz de gerar valor (Vilar, 2007).

Assumindo a identidade e a memória como vetores de desenvolvimento local e/ou regional, projetando assim este legado cultural distintivo para o futuro, é na transferência de saber e no transformar informação em conhecimento que reside um dos maiores desafios deste tipo de projetos – e será nessa estratégia de comunicação que as equipas que os concebem deverão colocar todo o seu empenho, por forma a potenciar a enorme riqueza latente de conteúdos que encerra o património cultural destes territórios interiores.

A esta perspetiva deverá necessariamente juntar-se uma outra: um equipamento cultural deste tipo deverá igualmente funcionar como *centro educativo*. Na verdade, um espaço museológico deverá ser pensado para constituir uma peça fundamental da política local de educação, de um projeto educativo local, que complemente e reforce o sistema escolar formal e que ligue a escola à comunidade em que esta se inscreve. Os municípios ao avançarem para a concretização deste tipo de projetos estão a criar espaços que permitirão dinamizar essa educação não formal. Aliás, consideramos que um equipamento cultural só será de excelência se for ao mesmo tempo pensada uma estratégia que confira a possibilidade às crianças e jovens de um concelho um contacto privilegiado com a história da sua terra, com tudo o que caracteriza a sua identidade, começando assim, desde muito cedo, a reconhecer e a avaliar devidamente a importância destes recursos.

Ou seja, tal contribuirá para que estas interiorizem que não só temos o dever de salvaguardar essa memória e identidade, legando-a para as gerações futuras, como esta memória e identidade, pelo enorme valor (também socioeconómico) que encerra, deve ser devidamente valorizada e divulgada, por ser também precisamente nessas marcas distintivas (algumas verdadeiras *imagens de marca*) que deveria igualmente assentar um desenvolvimento territorial sustentado. Um projeto como este, portanto, também por esta via da educação patrimonial (e cívica), acabará por constituir uma solução educativa que contribuirá, a seu modo, não só para estimular o exercício de uma cidadania ativa e plena, como poderá constituir a prazo uma resposta objetiva às necessidades de desenvolvimento sustentável destes territórios.

Toda uma problemática que anda em torno do ensino da História e dos seus programas nos currículos dos Ensinos Básico e Secundário merecia neste contexto uma análise mais detalhada (cf. a este propósito, Nunes e Sampaio, 2007). Não trabalhando nesta área nem sendo investigador desta temática, deixamos apenas breves considerações pessoais que resultam essencialmente do modo como, enquanto arqueólogo que trabalha também a área do património local, olhamos desde o exterior para a Escola.

Para além do papel estruturante de uma sólida formação em história, parece-nos igualmente fundamental conhecer bem a história local. No sistema educativo formal, todavia, não nos parece que esta vertente esteja devidamente contemplada e que, na prática, se observe com frequência, sendo efectivamente operacionalizada. No documento das orientações curriculares (*Documento de apoio às metas curriculares de História – 3.º ciclo do Ensino Básico*) é feita referência à função social da História e recomenda-se que a história local e a ligação à comunidade devem ser consideradas. Todavia, verificamos que estas temáticas não constam dos programas ou dos conteúdos programáticos, nem se encontram devidamente definidas como *metas curriculares*. Nos *programas* do 3º Ciclo do EB (7º, 8º e 9º Anos) e do ES (10º, 11º e 12º Anos) esta temática da história local encontra-se apenas prevista – mas a título facultativo – como possível estratégia ou recurso metodológico sugerido. Por sua vez, os professores que a este nível se atualizam e dinamizam este tipo de atividades (dinamização de atividades extralectivas e extracurriculares) também não são por isso premiados ou bonificados na avaliação de desempenho.

Assim sendo, os alunos podem fazer todo o seu percurso escolar sem que conheçam minimamente a história das suas terras ou sem que se parta de exemplos locais (que existem em todos os concelhos) para apreender melhor o quadro histórico geral. Todo o sistema centra-se na preparação para os exames – exames onde os temas de história local não têm lugar. De fora ou numa posição muito marginal fica assim a história e o património cultural local e, por conseguinte, todo um lastro formativo que

certamente contribuiria para identificar e consolidar memórias e identidades, salvaguardando-as e rentabilizando-as socialmente.

Temos percorrido vários territórios da Beira Interior e do Nordeste Transmontano no âmbito de projetos de investigação arqueológica. Não obstante ser este sobretudo o nosso quadro de análise, não deixamos cada vez mais de entender que certos lugares e territórios, para além do seu valor científico e patrimonial, encerram um potencial formativo/informativo e turístico que frequentemente não é reconhecido. Com efeito, a avaliação patrimonial que no terreno é efetuada aponta com frequência para a sua relevância sob esta perspetiva, ainda que muitos destes lugares e territórios continuem perfeitamente à margem de qualquer iniciativa que vise integrá-los adentro deste âmbito educativo, formativo e turístico.

Todos os territórios encerram possibilidades de leitura histórica. Esta frequentemente consegue ser feita com clareza a partir de determinados lugares proeminentes, que se destacam na paisagem, com amplos campos de visão. Por vezes estes (e referimo-nos, desde logo, a povoados pré e proto-históricos com um amplo domínio visual) também constituem em si mesmos lugares com memória, o que acaba por potenciar – olhando ao mesmo tempo a paisagem em redor – toda uma narrativa que pode ser contada a partir deles.



**Fotografia 1.** Em primeiro plano a aldeia de Carlão, no concelho de Alijó, que foi em época romana um importante núcleo de povoamento. Na paisagem em redor, entre serras, assinalam-se alguns lugares com vestígios de povoamento antigo

O impacto visual proporcionado por uma paisagem amplia-se quando esta é susceptível de leitura, enquanto paisagem cultural, sucessivamente ocupada e transformada pelo Homem ao longo de milénios. É precisamente esta leitura histórica (que só pode ser feita mediante um bom conhecimento do território) que frequentemente não é feita, não sendo assim narrada, apreendida e socialmente potenciada. E no quadro tanto das comunidades educadoras como das ofertas turísticas, a história local (de um concelho ou de uma região) pode perfeitamente ser contada a partir destes pontos de ancoragem na paisagem. A história local, aliás, encontra quase sempre nestes lugares – que se assumem frequentemente como marcadores territoriais – um palco privilegiado para que de forma muito apelativa estas narrativas se construam.

É também esta outra perspetiva que poderia ser trabalhada para diferenciar destinos turísticos e diversificar a oferta turística de uma dada região. A título de exemplo, poderia mesmo atrair para o interior dos territórios uma parcela do enorme fluxo turístico que se observa atualmente no Alto Douro vinhateiro, Património da Humanidade. Nestas regiões, a escassos quilómetros desse curso do Douro tão percorrido, há também uma outra herança cultural, há um singular património histórico e há deslumbrantes paisagens únicas, prenes de significado, que podem ser objeto de leitura e fruição, indo assim ao encontro de grupos de turistas com diferentes motivações e interesses específicos.



**Fotografia 2.** Quinta do Lobazim (Carrazeda de Ansiães), na margem direita do Douro, lugar onde uma importante via romana (e medieval/moderna) fazia a travessia do rio.

Quantas vezes, no quadro de prospeções arqueológicas, não nos encontramos num local ermo com vestígios de povoamento antigo (pré-histórico, proto-histórico, romano ou alto-medieval), a partir do qual se observam paisagens únicas, marcadas por lugares com vestígios de ocupação num passado remoto, e nos interrogamos sobre o seu esquecimento: i.e., por que razão é que essa experiência que estamos a ter e a leitura que desse lugar pode ser feita não é proporcionada a outras pessoas?

Ora, esta possibilidade poderia ser concretizada mediante a programação de um sistema de visitas guiadas (percursos pedestres e em todo-o-terreno acompanhando grupos relativamente pequenos) ou, em determinadas situações, poderá equacionar-se a possibilidade de se recorrer a áudio-guias e a outros sistemas inovadores que impliquem a utilização de GPS. As novas tecnologias de informação e comunicação poderão permitir aos interessados não só um acesso mais fácil a uma informação territorialmente georreferenciada mas também uma maior autonomia na própria organização dos seus percursos. O modo como hoje já funcionam os sistemas de informação geográfica, cruzando informação e território, não só abrem novas oportunidades de promoção de produtos turísticos, como poderão contribuir para uma maior autonomia na organização e leitura dos próprios percursos (Chang e Caneday, 2011). A utilização de *smartphones*, com acesso a aplicações específicas, permitem articular informação territorialmente georreferenciada (GPS) com os conteúdos informativos que se pretendem transmitir para cada um dos locais do território percorrido, permitindo mesmo uma visita individual e autonomizada.

Seja como for, no caso de roteiros estruturados em visitas guiadas, estas exigirão a participação e/ou formação de profissionais (guias-intérpretes) devidamente qualificados e motivados para esse efeito (qualificação dos recursos humanos).

Nestes territórios interiores, muitos são os exemplos que podiam ser apresentados – sobretudo exemplos do que poderia ser feito e ainda não o foi. Face a todo o potencial que encerra, avançamos com um território que merece particular atenção: o vale inicial do Mondego, em Folgoso (Gouveia). Com efeito, os valores (únicos e distintivos) de ordem ambiental, histórica e etnográfica que nesta parte da Serra da Estrela podem ser observados, conferem a este território uma singularidade e autenticidade merecedora de um projeto integrado que visasse preservar, valorizar e promover esse património cultural e paisagístico único.

Os casais de Folgosinho, com as tradicionais casas em pedra e cobertas de colmo, alguns vestígios arqueológicos e as notícias do achado de outros, assim como as referências documentais a uma antiga e desaparecida aldeia no lugar de Assedace (*villa nova in riba de Mondego*, com foral de 1220), situada mesmo junto ao Mondego, no lugar de passagem de uma antiga via romana e medieval (que ainda se mostra largamente conservada nos Galhardos), aliados tanto ao património imaterial que tem dado corpo ao imaginário narrado destas gentes e onde se funda o saber fazer e a tradição (revelada ainda na gastronomia de excepção ou nos produtos artesanais de qualidade, entre os quais se destaca o queijo da Serra da Estrela), como aos valores paisagísticos e ambientais que desenharam o cenário único desta zona do Alto Mondego, poderiam dar corpo a toda uma narrativa que potenciase turisticamente essa zona, ainda que de forma devidamente equilibrada, preservando acima de tudo, a longo prazo, tanto a biodiversidade original que neste espaço de plena montanha se mantém, como os recursos de âmbito cultural objeto de utilização turística.



**Fotografia 3.** Casais de Folgosinho, em pleno Alto-Mondego (Gouveia, Serra da Estrela).

Num contexto em que se aposta na diferenciação dos destinos turísticos, em que se procura promover as características próprias e distintivas de cada oferta, mas em que se procuram também combinar múltiplos bens e serviços que os produtos turísticos podem oferecer, será necessário procurar não só proporcionar aos turistas experiências abrangentes mas também saber ir ao encontro das suas motivações e expectativas mais específicas. Em regiões como esta, há que procurar explorar a heterogeneidade das preferências dos turistas, criando de alguma forma nichos de mercado especializados, captando segmentos específicos do mercado turístico, onde uma oferta particular, baseada nos recursos endógenos (e em que se destacam a ideia de “conhecer, experimentar e explorar”), se dirige e adequa a grupos particulares que, ao escaparem à rotina, encontram nestes territórios respostas aos seus anseios (Hassan, 2000).

O património cultural, ao se assumir também como componente central na diferenciação destes territórios, desempenhará aqui um papel crucial, podendo envolver mesmo os aspetos mais imateriais da cultura local, os hábitos e o saber fazer tradicional (do pastoreio à produção do queijo da serra), podendo também estes proporcionar experiências únicas aos turistas. A este nível deverá ser ainda invocada a questão do retorno e dos benefícios para as comunidades locais – aspeto absolutamente fundamental, uma vez que os processos de desenvolvimento do turismo, em última análise, devem contribuir para melhorar a sua qualidade de vida.

De todo o modo, em territórios como este, convém reiterar que todas as formas de expressão cultural, tanto as práticas e o produtos, como os equipamentos e construções, deverão ser perspetivadas como testemunhos de uma memória colectiva que é necessário identificar e valorizar – mas, sublinhe-se, sempre num quadro de salvaguarda e preservação que, por um lado, evite o seu desaparecimento, e, por outro, previna atempadamente os riscos da sua mercantilização e desvirtuação.

Se os lugares antes mencionados e os territórios que historicamente podem ser lidos a partir deles implicam o desenho de rotas e a implementação de um sistema de visitas guiadas, outros lugares há, coincidentes com sítios arqueológicos de referência, que justificariam a criação de um centro de interpretação.

Nestes territórios interiores são alguns os lugares que o justificariam por encerrarem um enorme potencial educativo, formativo e turístico. Destacamos um: o templo romano de Orjais (Covilhã), pelo valor e significado da ruína que subsiste (classificado como Imóvel de Interesse Público), mas também pela possibilidade de se contar, a partir desse lugar e do território que daí se observa, a história da Cova da Beira e regiões limítrofes há cerca de 2000 anos.

Aqui os conteúdos a explorar seriam vários e todos muito sugestivos: desde a possibilidade (a partir da sua reconstituição 3D) de recriar os ambientes no interior e no exterior do templo, passando pelo templo como imagem dos novos tempos (tempos de aceleração histórica, de globalização, de profundas mudanças), à leitura da paisagem antiga (da geografia política antiga; ou da própria recriação da paisagem antiga) que poderá ser na atualidade efetuada a partir desse lugar.

Um centro de interpretação cuidado em termos cenográficos, em que se procuraria que o percurso delineado, no interior desse espaço e no exterior (em torno das ruínas), contasse uma história mediante cada uma das peças criteriosamente selecionadas, através de ilustrações, infografias ou recorrendo a filmes, à multimédia ou a outras aplicações interativas. Com um discurso e um programa museográfico pensado para diferentes públicos e distintas faixas etárias. Com um programa que, entre outras ideias-chave, soubesse explorar o fascínio que poderá produzir o “passado perdido”, que apostasse em alguma interactividade (o conhecimento e a aprendizagem através da experiência, ultrapassando-se assim a simples observação do exposto), ou que valorizasse a importância da palavra e das ideias que estas transmitem, ainda que não se descurasse a importância da imagem, articulando-a com o som e a luz, no quadro geral de um *design* / identidade visual forte, dinâmica e contemporânea.

Ou seja, um equipamento a construir junto deste edifício do templo romano, ao articular-se com outros lugares da mesma época que existem não muito distantes, noutros concelhos (como são os casos de Centum Celas e da Quinta da Fórnea, em Belmonte, ou da Quinta do Ervedal, no Fundão) (Carvalho, 2013)<sup>1</sup>, poderia reunir a informação necessária para se compreender como era essa região há 2000 anos, revelando ao mesmo tempo as profundas transformações que então ocorreram decorrentes do domínio romano destes territórios - estando muitas delas na origem do que hoje marca o nosso mundo.

Outros lugares, também pela carga histórica e simbólica que encerram e por poderem estar ainda na origem de uma destacada localidade atual, poderão mesmo desempenhar um papel importante num plano de reforço de identidades, mas também de diversificação da oferta turística, mediante a criação de distintivas imagens de marca. Entre outros, o lugar da Torre Velha, em Castro de Avelãs, muito próximo da cidade de Bragança – um dos mais referenciados (se não mesmo o mais referenciado) na bibliografia arqueológica do nordeste transmontano, por poder ser a capital dos *Zoelae* (povo pré-romano que depois se constituiu como *civitas* em época romana) e poder corresponder, posteriormente, à sede da paróquia suévica de *Brigantia* – acaba por constituir um bom exemplo deste tipo de lugares.

---

<sup>1</sup>A concertação a este nível entre municípios, que as atuais comunidades intermunicipais deveriam efetivamente promover, é favorecida por um lastro de equipamentos culturais de qualidade que já existem nesta região da Beira Interior. Veja-se, a título de exemplo, os Museus Municipais do Fundão e do Sabugal, assim como os respetivos Catálogos (respetivamente: Rosa – Coord., 2007; VVAA, 2008), que facilitam a todos uma aproximação à Arqueologia, História e Património destas terras. No mesmo sentido, em que se privilegiou a divulgação de um conhecimento atualizado, optando-se por um nível de escrita/leitura capaz de chegar à generalidade dos públicos, podemos destacar um livro de História Local editado pela Câmara Municipal de Celorico da Beira (Carvalho e Marques – Coord., 2009).



**Fotografia 4.** Escavações arqueológicas na Torre Velha, em Castro de Avelãs (Bragança), nas quais participaram alunos da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

O projeto que desde 2012 tem vindo aqui a ser desenvolvido no terreno e em laboratório, resultante de um protocolo celebrado entre o Município de Bragança e a Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, ainda que assente na investigação (e em investigação em áreas de fronteira, não só em termos cronológico-temáticos, mas também a nível disciplinar) e na respetiva publicação dos resultados em livros e revista da especialidade, tem procurado também divulgar socialmente esses mesmos resultados. Desde a apresentação pública da primeira campanha de escavação à população da aldeia<sup>2</sup>, às reportagens feitas pelos órgãos de comunicação local, regional e nacional (incluindo os canais informativos da Universidade de Coimbra<sup>3</sup>), ao recurso às redes sociais, onde se podem seguir os principais momentos de uma campanha de escavações<sup>4</sup>, e à criação de uma página web do projeto, com entrevistas vídeo, imagens e muita outra informação sobre o sítio e o projeto<sup>5</sup>, constituem iniciativas que foram essencialmente promovidas com o intuito de divulgar junto da comunidade o sítio, a sua importância e o conhecimento que está a ser gerado pela investigação em curso.

Este plano de atuação poderá assumir numa fase seguinte outras dimensões, nomeadamente de âmbito pedagógico, mediante um envolvimento da comunidade escolar, podendo mesmo constituir uma peça importante da política local de educação. Ao trabalharmos uma problemática histórica absolutamente marcante para Bragança, por poder tocar na sua identidade e herança cultural mais profunda, este projeto – assente na investigação e com um potencial turístico - poderá assumir precisamente essa dimensão educativa, através do desenho de uma estratégia de transferência de saber direcionada para a população local, a começar pela comunidade escolar (alunos e professores). Este envolvimento tanto da população local, como da comunidade escolar, parece-nos inclusivamente um eixo decisivo de uma estratégia a adotar em projetos deste tipo. Diríamos mesmo que desta forma se

<sup>2</sup> [http://www.cm-braganca.pt/PageGen.aspx?WMCM\\_Paginald=38028&noticiald=49561&pastaNoticiasReqlid=2113](http://www.cm-braganca.pt/PageGen.aspx?WMCM_Paginald=38028&noticiald=49561&pastaNoticiasReqlid=2113)

<sup>3</sup> Nestes destaque para <http://ucv.uc.pt/ucv/media/fluc-em-braganca> e [http://www.uc.pt/fluc/serv\\_com/torre\\_velha](http://www.uc.pt/fluc/serv_com/torre_velha)

<sup>4</sup> [www.facebook.com/povozeola](http://www.facebook.com/povozeola)

<sup>5</sup> <http://projetozeolas.wix.com/zoelas>. Esta página foi criada por Susana Wichels, Milton Vogado e Rogério Ferrão, no âmbito de um projeto elaborado no quadro do Mestrado em Comunicação e Jornalismo na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

justificará em toda a sua plenitude o investimento feito, garantindo-se assim, também por esta via, o êxito do projeto.

Neste caso como noutros, as ruínas que a escavação colocar à vista podem não se destacar propriamente pela sua monumentalidade e valor estético. Mas estas devem ser lidas e valorizadas sobretudo enquanto fonte de informação e como ponto de partida para o conhecimento de um território e de uma época histórica decisiva. E poderão assumir, sobretudo, pelo simbolismo que encerram, particular significado, por permitirem perceber as origens da cidade de Bragança, assim como da sua capitalidade.

Constituirão, por conseguinte, um verdadeiro monumento se tivermos em conta a etimologia desta palavra – tem origem no termo latino *monumentum*, derivado de *monere*, recordar, que interpela a memória. Ou seja, os vestígios arqueológicos colocados à luz do dia permitem interpelar a memória e estimular o respeito pelo seu significado.

O mesmo se aplica em certa medida à intervenção recente na designada *estalagem romana da Raposeira*, em Mangualde. Não obstante este sítio constituir o mais importante testemunho conhecido de época romana neste concelho, podendo estar na origem da atual sede concelhia, as ruínas observáveis estiveram durante muitos anos votadas ao esquecimento, sendo até desconhecidas de muitos dos habitantes de Mangualde.

A intervenção recente promovida pela autarquia permitiu *requalificar* o espaço, mediante uma intervenção arqueológica que implicou um aturado trabalho de restauro e conservação e a colocação no local de um conjunto de painéis que procura explicar o significado deste sítio. Ao mesmo tempo, publicou-se um pequeno livro, bem ilustrado (com uma proposta de reconstituição do edifício) e redigido para que (tal como se verifica nos textos dos painéis) os conteúdos sejam compreendidos pela generalidade da população (Carvalho, 2014).

As ruínas romanas da Raposeira são assim, neste momento, um elucidativo testemunho de um tempo novo que há cerca de 2000 anos se iniciou e que transportou consigo um conjunto amplo de novidades que marcaria de forma bem vincada todo o curso da história que se seguiu. E, por conseguinte, no quadro da programação e gestão do património cultural à escala municipal (Tavares, 2014), constituem hoje um espaço privilegiado que é considerado no âmbito das políticas educativas locais, que poderá ser palco de atividades culturais várias, sendo também entendido como recurso que permite qualificar e diversificar a oferta turística do município.



**Fotografia 5.** Um dos espaços das termas romanas da Raposeira (Mangualde) após o seu restauro (foto *Arqueohoje*)

A arqueologia – e as escavações arqueológicas em particular – têm o condão de captar com facilidade o interesse de diferentes públicos. Neste, como noutros lugares, o contacto directo com os vestígios arqueológicos – mediante visitas guiadas à escavação ou a possibilidade de nelas participarem aqueles que se voluntariarem – permite explorar o fascínio que provoca o passado perdido (a nostalgia do passado). Ao permitir-se o contacto com uma realidade diferente e passada – e muitos dos actuais públicos procuram sobretudo o que é diferente – explora-se o evocar de um tempo desaparecido, mas também se deve explorar a imprevisibilidade da descoberta que todas as escavações arqueológicas encerram.

Abrindo-se as escavações ao público, transfere-se conhecimento e sensibiliza-se esse mesmo público para a causa do património – aspeto determinante para o próprio sucesso dessa causa. Evita-se, por sua vez, a opacidade (nefasta) dos processos que se desenrolam entre “taipais” e minimiza-se a quase sempre consequente incompreensão e desinformação. Por seu lado, satisfazer a curiosidade dos visitantes acerca do objetivo e método da escavação contribuirá também para desmistificar a arqueologia como um processo de “caça ao tesouro”. Procurando envolver neste processo diferentes públicos (a começar pela comunidade escolar local), desenvolvendo estratégias que procurem mostrar a forma como se efectuam os trabalhos (metodologias empregues), os resultados entretanto alcançados (com a mostra de alguns achados) e os objectivos que se prosseguem (a razão da intervenção), confere-se a estes projetos de investigação uma dimensão pedagógica que merece ser deviamente sublinhada. Este é um caminho que começa a ser trilhado – com sucesso – em vários lugares do nosso país.

Face ao exposto e concluindo, a prioridade é a aposta no conhecimento e na educação. Esta aposta é determinante para o desenvolvimento dos territórios. As novas gerações deverão ser os agentes ativos desse processo, assente num outro paradigma de desenvolvimento. A educação patrimonial desempenha aqui um papel central para que estas gerações comecem a encarar os territórios (a identidade e memória que encerram) como ativos, passíveis de criar valor. Neste sentido, é fundamental encontrar soluções educativas que respondam às necessidades de desenvolvimento dos territórios. Importa definir políticas de génese local de base comunitária que respondam também aos anseios das comunidades locais. Nesta estratégia, este tipo de aprendizagem, desenvolvido no quadro das comunidades educativas, em que a escola se liga à comunidade, mediante atividades de efetivo enriquecimento curricular, deve assumir um peso assinalável – a Escola deve aqui assumir as suas responsabilidades; assim como os Municípios, mediante a sua participação na definição de um projeto educativo local, dinamizando as redes não formais de educação.

#### **BIBLIOGRAFIA**

- BERNARDES, J. *et al.* (2013): *Património e Território – Relatório final*, Secretaria de Estado da Cultura.
- CARVALHO, P. C. e Marques, A. (Coord.) (2009): *Celorico da Beira através da História*, Ed. Câmara Municipal de Celorico da Beira.
- CARVALHO, Pedro C. (2011): “O valor socioeconómico do património arqueológico concelhio”, *Actas do Encontro Internacional sobre Ciência e Novas Tecnologias aplicadas à Arqueologia na Villa Romana do Rabaçal*, Ed. C.M. Penela e Direção Regional da Cultura do Centro.
- CARVALHO, Pedro C. (2013): s. v. “Sítio arqueológico da Raposeira (Mangualde)”, “Orjais (Covilhã)”, Terlamonte (Covilhã)” e “Igaedis (Idanha-a-Velha, Idanha-a-Nova)”, *Catálogo da Exposição: Aspetos da Romanização das Terras Beirãs de Entre Tejo e Douro*, Câmara Municipal de Celorico da Beira e ARA, p. 34, 41, 42 e 45.
- CARVALHO, Pedro C. (2014): “A estalagem romana da Raposeira”, *A estalagem romana da Raposeira (Mangualde)*, Município de Mangualde / ArqueoHoje, p. 14-25.
- CHANG, G. e Caneday, L. (2011): *Web-based GIS in tourism information search: perceptions, tasks, and trip attributes*, *Tourism Management*, 32.



- GONÇALVES, A. (2012): “Museus, Turismo e território: como podem os equipamentos culturais tornar-se importantes atrações turísticas regionais?”, *Imagem, património e sustentabilidade dos destinos turísticos*, IPL. P. 43-94.
- HASSAN, S. (2000): *Determinants of market competitiveness in an environmentally sustainable tourism industry*, *Journal of Travel Research*, 38.
- MATEUS, A. et al. (2013): *A cultura e a criatividade na internacionalização da economia portuguesa – Relatório final*, Secretaria de Estado da Cultura.
- MEJÍAS LÓPEZ, J. (2008): *Estructuras y principios de gestión del patrimonio cultural municipal*, Gijón, Ediciones Trea.
- NUNES, João Paulo Avelãs Nunes E Ribeiro, Ana Isabel Sampaio (2007): “A didáctica da História e o perfil do professor de História”, *Revista Portuguesa de História*, t. 39, p. 87-105.
- PÉREZ JUEZ GIL, A. (2006): *Gestión del patrimonio Arqueológico: El yacimiento como recurso turístico*, Ariel, Barcelona.
- ROSA, João M. (Coord.) (2007): *Museu Arqueológico Municipal José Monteiro – Catálogo*, Município do Fundão.
- TAVARES, António (2014): *Património Cultural: gestão e programação à escala municipal. Uma proposta para o Município de Mangualde, contributo para o desenvolvimento local*. Edição: Arqueohoje, Lda.
- VILAR, Rui (2007): “Sobre a Economia da Cultura”, *Comunicação & Cultura*, n.º 3, p. 131-144.
- VVAA (2008): *Museu do Sabugal – Coleção Arqueológica*, Ed. Pró-Raia e Município do Sabugal.